



A COMUNIDADE DE PESCADORES TRADICIONAIS DE CARNAUBEIRAS-ARAIOSSES-MA: PERCEPÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E ASPECTOS CULTURAIS

■ MARIA RODRIGUES GARCIA*

■ MARIVÂNIA LEONOR FURTADO**

Resumo: Carnaubeiras, território socialmente produzido por uma comunidade de extrativistas marinhos, tem na pesca sua principal forma de reprodução social, econômica, cultural e ambiental. Essa comunidade situada a uma distância de 27 km da sede do município de Araiões, inserido na mesorregião Leste do Maranhão, na Microrregião do Baixo Parnaíba. Neste trabalho visou-se abordar os aspectos culturais da pesca no povoado buscando ressaltar as características da identidade dos pescadores artesanais permeadas por tensões e conflitos em torno prática da pesca artesanal e a gestão da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba. Os dados coletados demonstram a vulnerabilidade deste grupo, especificamente em relação à ausência de políticas públicas efetivas capazes de garantir proteção destes pescadores artesanais e sua territorialidade específica.

Palavras-chave: Territorialidade; Pesca Artesanal; Vulnerabilidade; Araiões-MA.

Introdução_____

Este artigo é parte do resultado de uma análise investigativa realizada nos limites de uma dissertação de mestrado, que privilegia um olhar sobre a sustentabilidade das atividades extrativistas marinhas, desenvolvidas por

pescadores artesanais da comunidade de Carnaubeiras, pertencente ao município de Araiões, localizado na mesorregião leste do Maranhão e fazendo divisa com o Piauí.

A forma como a exploração dos recursos naturais tem acontecido nessa área provoca reflexões acerca dos modos de produção e costumes da comunidade

extrativista marinha local. Tomamos como foco privilegiado um olhar sobre a atividade da pesca artesanal e como esta constitui e é constitutiva de uma Territorialidade específica, e que tem resistido aos valores desenvolvimentistas e às pressões exercidas pela exploração de mercado.

Tomamos aqui a definição de Territorialidade proposta por Little (2002; 253) “como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’(...)” para analisarmos as práticas desenvolvidas pela comunidade de pescadores de Carnaubeiras e sua relação com os empreendimentos externos à sua lógica sócio-econômica cultural e ambiental.

Toda riqueza em recursos naturais e de conhecimentos tradicionais constitutivos desse território, já não faz parte de uma natureza intocável (DIEGUES, 1996). Com o avanço dos empreendimentos, da atividade turística e da urbanização, o Delta do Parnaíba assim como suas comunidades, vem sofrendo ao longo dos anos com as pressões do modelo sócio-econômico hegemônico e suas inúmeras contradições.

As comunidades presentes em áreas protegidas, apesar de recentemente terem recebido a titulação de “Populações

Tradicionais”, passam hoje por um processo de transformação de seu modo de vida e de reprodução social, a saber, tem-se o caso do povoado de Carnaubeiras, em que catadores de caranguejo e pescadores artesanais não mais realizam suas atividades diárias a fim de apenas satisfazerem suas necessidades, pois a produção escoada é voltada para o abastecimento dos mercados do estado do Piauí, Ceará e Alagoas (ICMBIO, 2009).

Pode-se dizer que pelo fato de serem pescadores artesanais, espera-se que a ligação com os meios de conservação do meio ambiente possa reger suas práticas produtivas, e que como mestres em relação aos saberes relacionados à pesca, possam salvaguardar sua cultura, tentando repassar seus ensinamentos aos filhos e netos.

A relevância deste trabalho destaca-se pela caracterização dos modos de vida desta comunidade em específico, atribuindo maior precisão sobre a realidade dos fatos investigados, tendo como objetivo identificar aspectos culturais relevantes desta Comunidade Tradicional, sendo estes ligados à sustentabilidade social, econômica, ambiental, política e cultural. A realização desta pesquisa deu-se a partir da leitura e interpretação de referenciais teóricos, dados empíricos coletados por meio de entrevistas com pescadores e aplicação de questionários.

Sobre os aspectos metodológicos, o

estudo tomou pescadores artesanais apontando-os como agentes sociais (BOURDIEU, 1989) importantes em relação à reprodução social da atividade. A pesca artesanal é enxergada a partir de pescadores e pescadoras, o que exigiu que os procedimentos metodológicos delimitassem os acontecimentos voltados para as práticas relacionadas com a atividade.

Desta forma este artigo está organizado em três partes, a primeira referente à Caracterização da Territorialidade de Carnaubeiras- onde são destacadas as principais características geográficas e sociais - a segunda apresenta-se uma descrição e discussão sobre o cotidiano dos agentes sociais envolvidos na pesca artesanal. Neste momento as atenções são voltadas para os aspectos culturais e para as percepções sócio ambientais destes pescadores, analisando a produção em suas dimensões simbólicas e econômicas, e na terceira parte apresenta-se uma discussão sobre a inserção desta comunidade extrativista marinha em uma área protegida legalmente, a RESEX marinha do Delta do Parnaíba, tendo como objetivo apresentar os principais conflitos socioambientais vivenciados por estes pescadores.

Metodologia_____

A abordagem metodológica qualitativa proporcionou a partir das visitas a campo e das aplicações de entrevistas e questionários semi-estruturados com 31 pescadores artesanais¹, residentes em Carnaubeiras, que estes pescadores artesanais são detentores de profundo conhecimento na arte da pesca.

Os dados coletados através dos questionários não tiveram a pretensão de realizar uma representação apenas quantitativa, mas também de tentar demonstrar a complexidade das relações entre os pescadores e a sustentabilidade de suas atividades desenvolvidas e de seus aspectos culturais, o contexto destas relações e a profundidade das mesmas.

Para Becker (1993), neste método de pesquisa, a quantidade pode ser substituída pela profundidade das análises dos significados locais, o que foi de extrema importância para o alcance dos objetivos propostos pela pesquisa.

As entrevistas e questionários foram baseados em perguntas relacionadas com a atividade de pesca e atividades complementares para o orçamento familiar, espécies frequentemente capturadas, formas de comercialização, crenças, tradições e produção de utensílios de trabalho. Os questionamentos foram aplicados de forma não probabilística e aleatória, onde seguiram-se as mesmas

perguntas para todos os indivíduos abordados.

O método qualitativo utilizado para a análise possibilitou o estudo de questões que não poderiam ser quantificadas, como aspectos de subjetividade, e atitudes individuais que são pertencentes ao contexto das relações sociais (GOLDEMBERG, 1997; BECKER, 1993).

Caracterização da territorialidade de Carnaubeiras_____

Carnaubeira tem seu território inserido no município de Araioses – MA, está localizado na divisa do Estado do Maranhão com o Piauí, situado a uma distância de 27 km da sede do município.

Segundo o IBGE (2010) o município de Araioses possui 1.783km² e uma população de aproximadamente 43 mil habitantes, sendo essa área considerada área de transição de cocais com aspectos de Cerrado e Caatinga.

O município de Araioses está inserido na Região Delta do Parnaíba, situada na porção setentrional do Nordeste Brasileiro. Limitando-se ao Norte com o Oceano Atlântico, ao Sul com os municípios de Magalhães de Almeida e São Bernardo, ao Leste com o Rio Parnaíba e a Oeste com os municípios de Água Doce e Santana do Maranhão. Araioses no ano de 2013 ainda encontrava-

se como 24º município com menor IDHM do Estado do Maranhão (IMESC, 2015).

O Delta do Parnaíba, considerado o único delta das Américas em mar aberto, é um complexo sistema com rica biodiversidade de mangue com porte de florestas tropicais, igarapés de vegetação, ilhas e ilhotas, com dunas e lagoas em uma área de 2.700 km², localizado entre os estados do Maranhão e Piauí. Da área total do delta apenas 35% pertence ao estado do Piauí, sendo sua maior porção territorial pertencente ao estado do Maranhão.

Segundo estudos recentes, a região do Delta do Parnaíba apresenta potencial satisfatório para diversas atividades capazes de gerar renda, atividades em sua maioria primárias (PLANAP, 2006), sendo tendências da região, entre elas: arroz irrigado, artesanato, bovinocultura do leite, cajucultura, carcinicultura, extração de caranguejo, extrativismo da carnaúba, fruticultura irrigada, ovinocaprino cultura, pesca artesanal e piscicultura.

As principais práticas econômicas de Carnaubeiras estão diretamente ligadas aos recursos naturais marinhos (caranguejo, camarão, pescado e ostra): coleta, transporte e comercialização. As demais atividades giram em torno de repartições públicas, como escolas e posto de saúde, atividades agrícolas, comércio e profissionais liberais. Em Carnaubeiras, 61% das famílias dependem da cata do

caranguejo e, de 86% das famílias residentes no povoado, pelo menos um integrante é envolvido com a atividade (SEBRAE, 2003).

A economia ligada ao extrativismo marinho na área pode ser considerada um dos fatores fundamentais no desenvolvimento do lugar, já que através dela, pode-se perceber que acontece um grande fluxo capaz de permitir o surgimento de várias interações, e por ser uma área de relevante potencial em recursos naturais, Carnaubeiras foi inserido em duas unidades de conservação, áreas legalmente protegidas: APA do Delta do Parnaíba e na RESEX (Reserva Extrativista) marinha do Delta do Parnaíba. O controle fiscal da pesca predatória e o respeito às leis ambientais torna-se fundamental para a base das atividades produtivas nesse território.

Pesca artesanal e aspectos culturais_____

A pesca artesanal é uma das atividades mais antigas em Carnaubeiras. O conhecimento adquirido por este grupo social ao longo dos anos não está restrito apenas às atividades cotidianas relacionadas com a pesca, pois em seu espaço de vivência esta comunidade e seus moradores (FIGURA 1) aprenderam a se reproduzir socialmente a partir dos recursos naturais disponíveis. Visando

tratar desta atividade com enfoque discursivo, destaca-se a prática como um componente peculiar da cultura local inserida no contexto social e territorial, disponibilizando produtos necessários para a manutenção da comunidade.

Os pescadores artesanais de Carnaubeiras possuem conhecimentos específicos e necessários para a execução da atividade nessa área de estuário. Saem de suas residências preferencialmente no período que ocorre a vazante da maré, sendo conhecedores dos horários específicos em que tal fenômeno ocorre, decidem quando pescar ou não, demonstrando um aspecto de autonomia.

Caracterizando-se como uma estrutura complexa e descentralizada, o grupo de pescadores artesanais (FIGURA 2) não apresenta articulação política ou econômica sobre os modos de produção utilizados. A parceria no trabalho ocorre em caráter familiar ou em companhia de parceiros de atividade, seguindo regras próprias de organização das tarefas. Na apropriação dos resultados da pesca, verifica-se equidade nas decisões.

Os pescadores e pescadoras² artesanais residentes em Carnaubeiras relacionam-se diretamente com a natureza, sendo um aspecto comum destacado nas entrevistas a preocupação em conservar os recursos disponíveis no território o que se justifica pelo fato da pesca artesanal ser



Figura 1 - Pescador Artesanal em Carnaubearas, Araioses-Ma. Fonte: DA PESQUISA, 2016.



Figura 2 - Grupo de pescadores em Carnaubearas. Fonte: DA PESQUISA, 2016.

uma das principais fontes geradoras de renda.

Relacionados à atividade da pesca são apontados problemas, de forma muito enfática, como podemos observar no depoimento abaixo:

“Os peixes estão acabando, tem menos peixe que no passado...e não sabemos o que fazer.” (Pescador 1)

Problemas como este não são resolvidos por nenhum órgão competente, o que traz inquietações a esses pescadores, que acabam tendo que realizar outras atividades como roça e a cata do caranguejo Uçá para complementar a renda familiar, ampliando assim suas possibilidades de reprodução material, uma vez que a pesca, tida como elemento identitário dessa comunidade não tem sido satisfatória.

Com a pesca artesanal os entrevistados demonstraram em pesquisa que 71% recebem entre R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 300,00 (trezentos reais); 23% entre R\$ 301,00 (trezentos e um reais) e R\$ 500,00 (quinhentos reais); 3% responderam receber até R\$ 100,00 (cem reais); e apenas 3% afirmaram receber acima de R\$500,00 (quinhentos reais) chamando atenção para a condição de sustento das famílias estar baseada em uma renda ostensivamente menor que um salário mínimo.

Famílias que vivem em condições como esta, de baixa renda, são mais vulneráveis a problemas sociais. O crescente estado de miséria representado através dos baixos salários não são acidentes em Carnaubeiras, são na verdade reflexos da economia local, onde existe um conjunto de relações que resultam na exploração do trabalho e na concentração de renda nas mãos de poucos, ao passo que as injustiças sociais permanecem sendo estabelecidas.

Ressalta-se que os saberes tradicionais destes homens e mulheres envolvidos na pesca artesanal, são tão importantes quanto a valorização da utilização dos seus objetos de trabalho. Ambos representam características artesanais na prática da pesca, apesar das transformações já ocorridas nos últimos anos, como a utilização de embarcações motorizadas, pelo modo de vida, a população local de Carnaubeiras pode ser caracterizada como uma Comunidade Tradicional. O que, contraditoriamente, tem criado conflitos com a gestão da RESEX Marinha e APA do Delta do Parnaíba, pois não tem respeitado o “modo de pesca tradicional” dessa comunidade, demonstrando a ausência de um plano de manejo adequado para a realidade vivenciada neste território.

Entendemos que as questões que envolvem a problemática ambiental e o

desenvolvimento sustentável para estas famílias, vão além da fomentação de práticas ecologicamente “corretas” e ambientalmente sustentáveis, já que a gênese de tudo isso está vinculada à dinâmica do capitalismo econômico, que para Mészáros (2002) é capaz de transformar potencialidades positivas em realidades destrutivas.

Considera-se ainda que diante do cenário em que esses pescadores vivem, seus modos de reprodução social e cultural estão ameaçados. Embora os mesmos verbalizem suas insatisfações diante das mudanças ocorridas por conta dos impactos presentes na área, dentre eles, a redução do pescado e a restrição da pesca em locais antes permitidos, a impressão que estes pescadores artesanais apresentam é que “nada acontece”, parecem estar submersos em um mar de sentimentos de resignação em relação à criação de normas para a pesca na área e o desamparo diante da ausência de novas medidas que os auxiliem na continuidade da atividade de pesca artesanal.

Para Mészáros (2007), o termo “desenvolvimento” se refere às condições de reprodução do sistema capitalista e à sua lógica de acumulação apenas fundada no produtivismo.

A natureza e seus recursos naturais que deveriam ser considerados os “bens mais preciosos” da humanidade, acabaram

sendo subjugados à condição de mercadorias através da ação humana. Para Marx e Engels (2003) o homem apresenta uma dupla determinação em suas atividades produtoras. De um lado o trabalho pode representar um momento para autocriação humana, por outro lado o trabalho pode tornar-se assalariado e submetido ao capital. Na condição de assalariado, o trabalhador vende a força de trabalho, onde agora estará submetendo-se ao outro.

Ao realizar uma comparação segundo as metas de Desenvolvimento para o Milênio, que destacam como uma das primeiras medidas a “erradicação da extrema pobreza e a fome”, considerando que as pessoas inseridas nesse contexto apresentam uma renda inferior a um dólar por dia (equivalente a R\$ 3,16) – segundo dados do Banco Central do Brasil (2016); é possível afirmar que a condição atual da renda destes pescadores artesanais pode ser considerada como próxima da extrema pobreza.

Outro dado observado durante a realização dos questionamentos foi a escolaridade, apenas 10% dos entrevistados conseguiram concluir o Ensino Médio; a baixa escolaridade dos entrevistados pode ser entendida como um problema compreendido como uma deficiência na infraestrutura básica da educação na comunidade, fato este que também pode ser

entendido como um fator de justificativa para a dificuldade de compreensão, tanto nas ações organizacionais dos agentes sociais locais, como também nas ações propostas pelos órgãos governamentais responsáveis pela fiscalização ambiental na RESEX.

A prática da pesca ainda é realizada

com objetos artesanais tradicionais, os mesmos são produzidos pelos próprios pescadores. Os instrumentos utilizados em suas atividades relacionadas à pesca são armazenados nos quintais de suas casas (FIGURA 3).

Os pescadores artesanais são os principais responsáveis por construir suas



Figura 3 Produção e armazenamento de materiais para pesca artesanal. Fonte: DA PESQUISA, 2016

embarcações e pela confecção de seus utensílios de trabalho (QUADRO 1). Isso expressa os saberes específicos dessa comunidade, sendo este mais um dos elementos definidores dessa territorialidade específica.

Os utensílios são confeccionados de fibras naturais (Ex: fibras da carnaúba³) ou por materiais artificiais como nylon. Tal produção pode ainda expressar a condição econômica vivenciada por esses pescadores artesanais, assim como a limitação diante

dos avanços tecnológicos.

Da produção obtida em cada pescaria, parte é destinada para o consumo familiar e a outra parte é direcionada para a comercialização feita no porto principal de Carnaubeiras. Utilizam-se como transporte bianas à vela e canoas a remo (FIGURA 4) ou, em alguns casos, embarcações motorizadas.

Para Castro (1997) os grupos considerados tradicionais, no âmbito dos grupos agroextrativistas, apresentam em

Utensílio	Descrição
Zangaria	É um tipo de rede de semi-faixa, de grande extensão e com malha pequena, abaixo do permitido por lei. A Portaria nº 130/2002 proíbe a pesca com rede tipo zangaria em todo litoral maranhense.
Espinhel	É uma arte de pesca em que uma linha é colocada estendida no estuário ou maré, nela são colocadas extensões de linhas de nylon onde são fixados anzóis em suas extremidades, geralmente o espinhel é utilizado para capturar peixes que se encontram em profundidades maiores.
Tarrafa	Rede de pesca tecida de nylon, em formato circular, com peças de chumbo ligadas as pontas da rede a fim de facilitar a submersão, ligada a uma corda central. Quando lançada de forma que a mesma caia aberta sobre as águas, é utilizada para a pesca de diversos peixes e até mesmo do camarão.
Landuá	Uma pequena rede presa a uma armação de madeira em formato de circunferência, onde três cordões se unem a um principal. Pode ser utilizado para a pesca do camarão, siri e peixes pequenos.
Caçoeira	Extensa rede tecida de nylon, utilizada para pescaria tanto no rio como no mar. Algumas vezes a rede pode ser colocada de uma extremidade a outra em uma parte do rio ou mar, bloqueando totalmente ou parcialmente a passagem dos peixes.
Tainheira	É uma extensa rede de emalhar ⁴ a qual os peixes, devido o movimento que fazem na água, acabam ficando presos. Normalmente é utilizada por um conjunto de pescadores, onde geralmente dois ou mais seguram nas extremidades e outro pescador realiza movimentos na água para induzir o peixe a se aproximar da rede, enquanto outro pescador se posiciona na embarcação para puxar o peixe para o interior do barco.

Quadro 1. Descrição de utensílios de pesca produzidos por pescadores artesanais em Carnaubeiras. Fonte: DA PESQUISA, 2016.



Figura 4: Pescadores artesanais utilizando a técnica do anzol. Fonte: DA PESQUISA, 2016.

sua forma de trabalho o poder de reunir vários elementos técnicos, mágicos, rituais e simbólicos. O saber local, as crenças a devoção a São José e Santo Antônio⁵, as histórias e contos relacionados com a pesca artesanal revelam as particularidades deste grupo. Seu trabalho é resultante de sua liberdade, caracterizando-o como um indivíduo não-subordinado a um “patrão”.

A persistência em permanecer realizando a pesca artesanal diante das dificuldades presentes, demonstram um modo de viver constitutivo de um saber local, que se manifesta em códigos públicos (GEERTZ, 1989), podendo assim revelar os processos culturais da comunidade de Carnaubeiras.

Para Diegues (1983) o aspecto de liberdade presente na vida destes pescadores, expressa um modo de resistência ao sistema vigente, segundo ele o pescador artesanal domina o manejo de instrumentos para diferentes espécies num meio passivo a constantes mudanças, carregando consigo um acervo de informações e conhecimentos, tornando-se assim parte integrante da riqueza local.

Conflitos em torno da reprodução social da pesca artesanal_____

Algumas práticas de reprodução social através da pesca artesanal tem sido um fator de conflito entre a gestão da

RESEX e a comunidade de Carnaubearas. O que parece contraditório, pois a RESOX serve para proteger o "tradicional". Segundo Costa (2002), uma RESOX é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo, sendo permitida a prática de atividades complementares, atividades de subsistência, como a agricultura e a criação de animais de pequeno porte, tendo como objetivo básico a proteção dos meios de vida e cultura dessas populações, assim como assegurar o uso sustentável dos recursos naturais na área da RESOX.

É importante o esclarecimento do sentido estabelecido da palavra "conflito", que não deve ser compreendida como uma disputa e sim, como parte do processo social, admitindo situações de equilíbrio e desequilíbrio no processo de criação e gestão das Unidades de Conservação (MELO; IRVING, 2006), sendo assim permitida uma análise social dos aspectos determinados como "problemas e conflitos socioambientais" apresentados nesta pesquisa, em relação à percepção dos moradores sobre a atuação do ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) e a Participação da comunidade na gestão da RESOX.

Na pesquisa de campo realizada constatou-se que entre pescadores artesanais poucos conhecem a respeito das Unidades de Conservação existentes na

área, o que seria algo essencial, pois assim garantiriam uma gestão participativa. Esta observação sugere a ideia de que, por mais que essas populações sejam legitimadas em áreas protegidas, o modo como são integradas para uma possível gestão ainda é um processo a ser estabelecido na área.

Durante a aplicação dos questionários semi-estruturados e entrevistas, os pescadores foram indagados sobre a formalização do território enquanto "RESEX e APA do Delta do Parnaíba", Unidades de Conservação existentes há mais de uma década na área, a expressão "nunca ouvi falar" foi uma das respostas pronunciadas com maior frequência quando o assunto era "Reserva Extrativista do Delta do Parnaíba".

As relações da comunidade de Carnaubearas com RESOX Marinha do Delta do Parnaíba demonstra que esse "desconhecimento" aponta para uma relação de conflitualidade de lógicas entre os saberes próprios da comunidade e a perspectiva de "gestão" da área da RESOX. Na percepção dos moradores, a presença da RESOX restringe-se a atos de fiscalização e impedimentos de suas práticas tradicionais, como podemos depreender do depoimento abaixo:

Olhe, a gente vai pescar. Quando chega na área proibida, antes de chegar na área da gente pescar, os homi tão em riba, tomando as redes

dos pessoal Igarapé por Igarapé, dentro. Como é que um pobre pescador pode viver em uma vida dessas? Dar para os seus filhos, ne?! Na maré miúda a gente não pode pescar, que a maré ta pequena... quem é pescador vai fazer um pedacinho de roça porque não vai morrer de fome não é isso? Então do jeito que as coisas tão acontecendo, os pescador vão pedir esmola porque não pode. Eu tenho as minhas caçuerinha, tenho umas redezinhas, zangaria... e tudo isso a gente tem medo de sair para não tomarem nos caminho. Então você sabe. A gente não pesca todo dia porque a gente não ta podendo pescar. E a gente pega, os que pega de caçuera é 10 quilos de peixe e quando você chega tem a família de 6 filhos... você tira 5 quilos de peixe o que fica pra vender? Aí pra você comprar de um tudo dentro de casa, com esses filhos? Como? (...) O que eles dizem é assim.. porque eles tiram antes dessa piracema, o que a gente tira do seguro nesses período se ninguém pode pescar? Todo mundo vai tirar os seus seguro da região e é proibido porque assim? O pobre não pode se lamentar e pegar uma coisa pra comer. Se vai pegar um peixe é escondido com

medo porque no caminho pode tomar a sua rede, você pegou 4 mil, 3 mil... faz o maior esforço, faz um empréstimo no banco, como eu tenho feito empréstimo no banco pra pagar umas coisas dessa, como é que não pode pescar? Se é assim que acontece uma coisa dessas, se não tá brabo para os pescador? Tá brabo (pescador 16).

Outros aspectos relacionados a esse confronto de lógicas podem ser apontados quanto à pesca no período proibido e o acesso ao seguro defeso.

“Eles nem sabem o tempo que o peixe tá miúdo, não sabem mesmo” (Pescador 16).

O seguro defeso é um benefício pago aos pescadores artesanais que ficam proibidos de exercer suas atividades no período de defeso, tem valor de um salário mínimo e o pescador recebe enquanto durar o período de defeso, até o limite de 5 meses, tal duração deve ser definida pelo IBAMA, de acordo com a reprodução de cada espécie (MDS, 2015).

Alguns pescadores que deveriam exercer suas atividades de pesca com exclusividade para assim afirmarem o direito de receber o benefício do seguro defeso, trabalham em outras atividades como o comércio, sendo esse um dos

possíveis motivos para a resistência de alguns em ceder informações a respeito de suas atividades e renda. Fato esse que não pode ser considerado uma “contravenção” já que essas outras atividades podem ser consideradas como complementares à renda do trabalhador que se intitula como pescador artesanal, favorecendo assim a diversidade do orçamento familiar.

Para Lima (1997), o envolvimento da comunidade com a unidade de conservação não pode ter um modelo rígido, sob pena de sofrer resistência por parte da comunidade local, ao contrário, deve seguir um processo de integração contínuo.

Ainda em visita a campo em outro depoimento pode-se observar mais uma vez o exemplo de fiscalização mais rígida e a falta de informação:

Pesquisadora: Já tentaram tomar o seu material de pesca?

Pescador 15: Já sim senhora, já tentaram tomar uma vez.

Pesquisadora: E o senhor sabia que estava proibido?

Pescador 15: Não senhora eu não sabia. Se eu soubesse... Eu sou uma pessoa que para essas coisas assim eu ando de olho. Quando tá proibido eu vou pescar no mar. Eu não sabia... Quando nós pensamos que não a beira bateu, encostaram aqui e queria tomar os aparelhos.

Não tomaram porque uma senhora que andava com eles disse: “não, libera o pobre do velho. Deixe”... Foi que nós viemos embora.

Para Irving (2002), um dos pontos considerados como frágeis na organização e participação de determinadas comunidades, se refere ao compromisso dos mesmos no processo de conservação ambiental e planejamento das atividades desenvolvidas na área protegida.

É importante destacar que a respeito das intervenções do ICMBIO também é possível encontrar depoimentos entre os pescadores artesanais que mesmo sem possuir muito conhecimento sobre a Unidade de Conservação aprovam a atuação do órgão gestor, demonstrando que apesar do confronto de lógicas, os moradores reconhecem a importância da RESEX e de sua gestão, como é possível percebermos nos depoimentos abaixo:

Não entendo muita coisa sobre isso. Também nunca participei de nenhuma reunião não, mas acho importante guardar isso aqui, porque se deixarem, do jeito que tá senhora vão acabar com tudo. Por isso acho que deve ter fiscalização sim, não pra nós os pequeno, pros grandes. (Extrativista 5).

E ainda:

Já ouvi falar disso aí, entendo mais ou menos sobre o assunto. Acho certo sim, senhora. Agora se tivesse o órgão mais presente mudava algo, eles só aparecem no período do defeso. (Extrativista 2).

E também:

Eu nunca participei de reunião. Eu sei que eles aparecem pra fiscalizar no tempo da reprodução, pra guardar os bichos se não o povo acaba com tudo. (Pescador 12)

Tanto as questões relacionadas com a criação das Unidades de Conservação, como com a participação da comunidade na criação do plano de manejo e sobre a tomada de decisões em áreas como essa, podem gerar um amplo debate, levando em consideração que as mesmas comunidades nem sempre podem ser beneficiadas como o esperado. A Lei Nº 9.985/2000 que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000a) define:

Todas as unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo, que deve abranger a área da Unidade de Conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo

medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica social das comunidades vizinhas

(Art. 27, §1º).

As comunidades presentes em áreas na categoria de UC de uso sustentável de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) devem ser consideradas importantes aliadas na implantação de atividades envolvendo o Desenvolvimento Sustentável, mas nem sempre a criação de leis como esta pode garantir sua efetividade.

A ausência de infraestrutura básica adequada e o número reduzido de agentes ambientais dificultam o avanço da organização e disciplinamento da comunidade presente na Unidade de Conservação, pois a área apresenta grande extensão em sua abrangência, onde situam-se sedes municipais, vias de acesso, zonas rurais e outras intervenções, que necessitam ser organizadas a fim de proporcionarem maior dinamismo nos domínios da área protegida da RESEX e APA do Delta do Parnaíba.

Segundo ICMBIO apud Mattos (2006; 2008; 2009) um problema socioambiental apresentado na área de gestão da Unidade está relacionada com o fato de que a RESEX Marinha do Delta do Parnaíba teve sua criação sem a participação comunitária, onde em 2002, grande parte dos moradores desconhecia os objetivos e o seu papel enquanto comunidade necessária para a criação da

RESEX.

O mesmo problema foi identificado em pesquisa a campo, onde todos os entrevistados desconheciam os principais objetivos da criação da RESEX, e quando eram perguntados sobre a mesma demonstravam pouco conhecimento a respeito do assunto.

Também foi apontado que a participação da comunidade de Carnaubeiras como beneficiária direta dos recursos marinhos, tem sido negligenciada na tomada de decisões na gestão da RESEX, pois a comunidade não participou e não participa das reuniões realizadas pelo órgão gestor, fato que contradiz a Instrução Normativa 3 do ICMBIO (BRASIL, 2007a) que determina que para a criação de qualquer RESEX a proposta deve ser encaminhada formalmente pela população ou por sua representação ao órgão ambiental responsável.

O desconhecimento desses fatores contribui para a baixa capacidade de auto-gestão ou gestão comunitária da Unidade, tornando-se vetores de fragilidade e ameaças à mesma. A autora ainda destaca que houve negligência do histórico das formas tradicionais de ocupação do espaço comunitário na criação da RESEX criando obstáculos e resistências, numa espécie de boicote diante de uma proposta que não foi bem vista e aceita pela comunidade local, e muito menos reconhecida pela mesma.

Em visita a sede do ICMBIO em Parnaíba buscou-se um diálogo na tentativa de compreender as relações estabelecidas entre o órgão gestor e a comunidade de Carnaubeiras. Na ocasião, um fiscal ambiental (atual responsável pela fiscalização da APA do Delta do Parnaíba) relata um pouco da experiência de trabalho vivenciada na área, assim como as difíceis relações com a liderança comunitária do povoado de Carnaubeiras:

Carnaubeiras é uma comunidade praticamente exclusiva de catadores, tem pescador, tem catador de ostra, mas a grande quantidade dos pescadores são catadores de caranguejo, e eles em parte trabalham pra alguns intermediários que criaram seus "grupinhos". É uma forma de organização deles, apesar de eles não terem uma associação de catadores de caranguejo, existe uma associação de moradores lá, mas ela é muito 'política', ela tem uma relação bem complicada com a gente por sinal. O atual gestor da associação de lá, ele há três anos atrás demandava muito, ele fazia parte do conselho da RESEX e depois teve uma situação muito complicada, de interesse dele particular, que é com relação a construção de casas, que ele criou

uma entidade organizadora que é da Minha Casa Minha Vida e ele está construindo casas lá nas comunidades e parece que tem também no Bolacho e em Barreirinhas, povoados vizinhos (...) e dentro da lei não é permitido isso (...) já chamamos ele (refere-se ao presidente atual da associação de pescadores do povoado) pra reunião de conselho mas ele nunca veio (...). A gente meio que perdeu o apoio dele, daí ele não participa mais das reuniões e fica acusando a gente.

Quando perguntado sobre a questão das ações desenvolvidas no povoado a respeito das atividades extrativistas, um aspecto colocado foi a falta de recursos e pessoal suficientes para realizar um trabalho mais efetivo na área e nas demais comunidades da RESEX:

Estamos com um projeto que se chama Manguezais do Brasil, ele trabalha em cinco áreas na costa brasileira (...). A gente começou a organizar algumas ações assim, básicas pra começar a organizar, o recurso não era muito grande (...) são muitas comunidades que trabalham com o caranguejo (...) não temos pessoal técnico na Unidade, só que as duas tentativas de contratar uma empresa para fazer esse serviço

estavam acima do valor que nós tínhamos (...) até ano passado a gestão da APA e da RESEX era integrada.

Quando perguntado o tipo de relação estabelecida com o empresário "Chico do Caranguejo", foi colocada a questão do "poder local" exercido pelo empresário sobre as comunidades, e o tipo de fiscalização exercida sobre o trabalho do empresário na área:

Ele já participou de algumas reuniões (...) temos essa conversa, não direta, mas quando precisa ele nos atende, temos um contato muito bom com o cara mais de confiança do Chico aqui na região. Conversamos muito sobre a questão do transporte (...) a relação que ele tem com as comunidades é muito forte, ele tem todos os formatos de como fazer, uma "estruturazinha" de apoio pros catadores, o que é preciso ele faz, ele tem o apoio das comunidades, ele faz essa articulação, e isso é o que faz com que o povo seja bem fiel a ele, presos a essa estrutura que o Chico conseguiu estabelecer ao longo de bastante tempo que ele atua na região... Além de festa, além de dar ajuda quando se está doente e essas coisas que faz parte do poder que ele

conseguiu construir ao longo dos anos de trabalho dele na área.

Apesar de projetos de cunho social e ambiental propostos para a área da RESEX do Delta do Paranaíba pelo ICMBIO, o que inclui Carnaubeiras, não existe uma participação expressiva de seus extrativistas marinhos em reuniões do conselho deliberativo. Toda RESEX é gerenciada por lei, sendo assim, toda ação deve passar por uma aprovação prévia, logo a comunidade de Carnaubeiras encontra-se ausente na representação frente ao conselho da RESEX, perdendo o controle sobre seu espaço tradicional, material e simbólico.

A figura de atores econômicos que usufruem de uma mobilidade na área maior que a dos extrativistas marinhos chama atenção, pois a legitimação de tais atores econômicos afeta diretamente as condições de trabalho da comunidade pesqueira dessa área, prejudicando as condições socioeconômicas e ambientais, promovendo a exclusão socioespacial e a posterior desterritorialização dessa comunidade tradicional.

Na proposta apresentada pela instituição responsável pela RESEX do Delta do Paranaíba é possível observar as interfaces do (não) diálogo com os pescadores locais, o que acaba sendo prejudicial para a superação dos problemas de gestão da Unidade de Conservação.

É necessário rever a posição dialógica de ambas as partes para que possa haver propostas para o bem coletivo sobre os problemas daqueles que vivenciam a realidade da atividade extrativista marinha local.

Considerações finais_____

As políticas públicas voltadas para o setor da pesca ainda privilegiam áreas específicas, a saber, o agronegócio da pesca oceânica e a aquicultura. Tais políticas desconsideram as ainda existentes necessidades dos pescadores artesanais, apesar de serem reconhecidos recentemente como “Comunidades Tradicionais” e serem contemplados na formulação de políticas públicas voltadas para a proteção dos territórios ocupados. A sustentabilidade da pesca artesanal em Carnaubeiras apresenta uma realidade complexa e multifacetada, pois a forma de apropriação da natureza da comunidade tem tornado-se contrária aos moldes tradicionais, sendo esta atividade ameaçada pela destruição da natureza e pela exploração da força de trabalho.

Esses pescadores artesanais tornam-se vulneráveis, em função da força de trabalho empregada para extração dos recursos naturais, que primeiramente deveriam suprir suas necessidades básicas.

Contudo, são comercializados por preços irrisórios, insuficientes para obter a mínima qualidade de vida. Estes recursos tendem a tornarem-se cada vez mais escassos diante dessa busca desenfreada por uma maior quantidade de produtos disponíveis para a comercialização, tal ciclo coloca em cheque a disponibilidade desses recursos naturais para as gerações futuras.

A falta de informação em relação às Unidades de Conservação exclui os trabalhadores locais do direito de participarem de maneira efetiva da gestão das atividades desenvolvidas na área. Portanto faz-se necessário por parte do poder público através de projetos de capacitação, esclarecer aos pescadores artesanais sobre as questões de gestão ambiental envolvidas nas atividades da RESEX, relativas à conservação e fiscalização.

Com relação aos principais conflitos socioambientais na área, foi possível perceber que as relações entre órgão gestor (ICMBIO) e a comunidade extrativista, é complexa, levando em consideração a influência de alguns indivíduos na articulação política partidária no povoado. Isso contribui para que alguns grupos se sobressaiam em função de outros que acabam não tendo nenhum tipo de informação sobre as questões relacionadas à gestão e manejo das atividades extrativistas marinhas.

Sobre a percepção ambiental dos trabalhadores em relação às Unidades de Conservação existentes na área, foi possível perceber que os mesmos consideram importante a conservação dos recursos naturais do lugar para o uso sustentável, pois dependem deles para sua sobrevivência. Porém, devido a falta de conhecimento sobre a criação dessas áreas, inclusive do direito de participação na gestão das mesmas, acabam não reconhecendo a legitimidade e a importância das Unidades de Conservação presentes na área da comunidade de Carnaubeiras.

Torna-se necessário destacar que a área intitulada como RESEX não pode ser vista como um lugar de empreendimento rentável para os grandes comerciantes desse ramo, e muito menos como uma solução para o pauperismo das comunidades tradicionais, pois como cita Cavalcanti (2009), embora sendo atrativa, a economia ecológica e seus proponentes não são capazes de oferecer soluções imediatas para a injustiça global.

Notas_____

* Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão. Graduada em Geografia Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Estadual do Maranhão (2013). Atualmente desenvolve pesquisas na área de Sustentabilidade, Planejamento e Educação Ambiental, Desenvolvimento Socioespacial, Unidades de Conservação, Comunidades

Tradicionais e impactos Ambientais.

****** Professora adjunta da Universidade Estadual do Maranhão, membro do corpo permanente do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional. Coordena a Licenciatura Intercultural para a Educação Básica Indígena/UEMA. Membro fundadora e coordenadora do Grupo de Estudos, Pesquisa e extensão em Lutas Sociais, Igualdade e Diversidades-LIDA/UEMA.

¹ Todos os pescadores envolvidos na pesquisa foram esclarecidos sobre os objetivos do estudo e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

² O número de mulheres atuando na atividade é mínimo, a maioria das mulheres enquanto os companheiros saem para pescar, permanecem em suas residências cuidando da casa e dos filhos, entretanto esta atividade não pode ser entendida como atividade masculina.

³ Nome científico Copernicia prunifera. Palmeira encontrada em abundância na área. A madeira e as palhetas secas são utilizadas para confecção dos utensílios.

⁴ "Emalhar" é o ato de engatar o peixe, de engatar o peixe com a rede, é um termo usado pelo pescador artesanal.

⁵ Santos da igreja Católica apontados como protetores da comunidade local.

Referências bibliográficas_____

BECKER, H. S. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: HUCITEC, 1993.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel/ Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.1989.

BRASIL. Instrução Normativa Nº 03, de 18 de setembro de 2007. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a criação de Unidade de Conservação Federal das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Diário Oficial da União Nº. 182, Seção I, página 104, de 20/09/2007a.

BRASIL.Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: 2000a.

CASTRO, E. R. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E.; Florence, P. (Orgs.). Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Cejup; UFPA-NAEA, 1997.

CAVALCANTI, C. Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. 5 ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2009.

DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: HUCITEC, 1996.

DIEGUES, A. C. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo, Ática, 1983.

GEERTZ , Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC.1989.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar - como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1997.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php1>>. Acesso em 10 de agosto de 2014;

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade. Relatório de Fiscalização – Operação Carcinicultura. Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba. 40 p. 2009. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/>. Acesso em 08/06/2014.

IRVING, M. A. Refletindo sobre o Ecoturismo em áreas protegidas – Tendências no contexto brasileiro. In: _____. Turismo: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002

LIMA, D. Equidade, Desenvolvimento Sustentável e Preservação da Biodiversidade. In: Faces do Trópico Úmido, Edna Castro e F. Pintos (Eds.). Belém: Cejup, 1997.

LITTLE, Paul. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da Territorialidade. Brasília, 2002.

MARX, K.; ENGELS, F. A sagrada família ou a crítica da crítica. São Paulo: Boitempo, 2003.

MATTOS, F. F. Ecoturismo e inclusão social na RESEX marinha do Delta do Parnaíba (MA/PI): tendências, expectativas e possibilidades. II Seminário Internacional de Turismo Sustentável. Anais. Fortaleza, CE. Disponível em meio eletrônico. 2008.

MATTOS, F. F. Ecoturismo e inclusão social na RESEX marinha do Delta do Parnaíba (MA/PI): tendências, expectativas e possibilidades. In: BARTHOLO, Roberto et. al. (org). 2009. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Brasília. Ministério do

Turismo. 508 p. Disponível em meio eletrônico. 2009.

MATTOS, F.F. Reservas Morais: estudo do modo de vida de uma comunidade na Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica. 157 p.; 2006.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Seguro Defeso. Disponível em: <http://mds.gov.br/>. Acesso em 25/10/2015.

MELO, G; IRVING, M. A. Interpretação dos Conflitos como elemento para gestão de Parnas na região de fronteira da Amazônia: o caso Vila Brasil. Anais do II Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006

MÉSZÁROS, I. Para além do capital. São Paulo, Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS. O desafio e o fardo do tempo histórico. São Paulo, Boitempo, 2007.

PLANAP. Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba. Ministério da Integração Nacional. Brasília, DF: 2006.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Diagnóstico Socioeconômico e produtivo dos catadores de caranguejo de Araisos – MA. São Luís: SEBRAE, 2003.

TRADITIONAL FISHING COMMUNITY IN CARNAUBEIRAS, ARAIOSES-MA: SOCIAL ENVIRONMENTAL PERCEPTION AND CULTURAL ASPECTS

ABSTRACT: CARNAUBEIRAS IS A TERRITORY SOCIALLY FORMED BY MARINE EXTRACTIVES WORKERS. FISHING IS THE MAIN WAY FOR SOCIAL, ECONOMIC, CULTURAL AND ENVIRONMENTAL REPRODUCTION. THIS COMMUNITY IS LOCATED 27 KILOMETERS OF THE MUNICIPALITY HEADQUARTERS, PART OF THE MESOREGION IN EAST OF MARANHÃO, IN THE MICRO REGION OF BAIXO PARNAIBA. THIS WORK'S OBJECTIVE IS TO APPROACH THE FISHING CULTURAL ASPECTS IN THE VILLAGE, HIGHLIGHTING THE CHARACTERISTICS OF THE ARTISANAL FISHERMEN IDENTITY PERVADED WITH TENSIONS AND CONFLICTS ABOUT ARTISANAL FISHING PRACTICES AND THE MARINE RESEX (EXTRACTIVE RESERVE) OF DELTA DO PARNAIBA MANAGEMENT. THE COLLECTED DATA SHOWS THIS GROUP VULNERABILITY, ESPECIALLY THE LACK OF EFFECTIVE PUBLIC POLICIES TO GRANT PROTECTION FOR THESE ARTISANAL FISHERMEN AND THEIR SPECIFIC TERRITORIALITY.

KEYWORDS: TERRITORIALITY; ARTISANAL FISHING; VULNERABILITY; ARAIOSES-MA.

LA COMUNIDAD DE PESCADORES TRADICIONALES DE CARNAUTERIAS-ARAIOSES-MA: PERCEPCIONES SOCIOAMBIENTALES Y ASPECTOS CULTURALES

RESUMEN: CARNAUBEIRAS, TERRITORIO SOCIALMENTE PRODUCIDO POR UNA COMUNIDAD DE EXTRACTIVISTAS MARINOS, TIENE EN LA PESCA SU PRINCIPAL FORMA DE REPRODUCCIÓN SOCIAL, ECONÓMICA, CULTURAL Y AMBIENTAL. ESTA COMUNIDAD ESTÁ A UNA DISTANCIA DE 27 KM DE LA SEDE DEL MUNICIPIO DE ARAIOSES, INSERTO EN LA MESORREGIÓN ORIENTAL DE MARANHÃO, EN LA MICRORREGIÓN DEL BAJO PARNAÍBA. EN ESTE TRABAJO SE PRETENDE ABORDAR LOS RECURSOS CULTURALES DE LA PESCA NO POBLADOS BUSCANDO RESALTAR COMO CARACTERÍSTICAS DE LA IDENTIDAD DE LOS PESCADORES ARTESANALES PERMEADAS POR TENSIONES Y CONFLICTOS EN LA PRÁCTICA DE LA PESCA ARTESANAL Y UNA GESTIÓN DE LA RESEX MARINA DEL DELTA DEL PARNAÍBA. LOS DATOS RECOGIDOS DEMUESTRAN UNA VULNERABILIDAD DE ESTE GRUPO, ESPECÍFICAMENTE EN RELACIÓN A LA AUSENCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS EFECTIVAS CAPACES DE GARANTIZAR LA PROTECCIÓN DE ESOS PESCADOS ARTESANALES Y SU TERRITORIALIDAD ESPECÍFICA.

PALABRAS CLAVES: TERRITORIALIDAD; PESCA ARTESANAL; VULNERABILIDAD; ARAIOSES-MA.